

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Netto, José Paulo

Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985) / José Paulo Netto.
- São Paulo : Cortez, 2014.

ISBN 978-85-249-2197-1

1. Brasil - História - 1964-1985 2. Ditadura - Brasil 3. Militarismo -
Brasil I. Título.

14-03571

CDD-320.98108

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil Ditadura militar, 1964-1985 : História política 320.98108

José Paulo Netto

**PEQUENA
HISTÓRIA da
DITADURA
BRASILEIRA
(1964 - 1985)**

**CORTEZ
EDITORA**

comunicação social; as organizações financiadas pelo empresariado e pela CIA (as conhecidas CAMDE, FJD, TFP e similares) desencadearam as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, avalizadas pela hierarquia da Igreja Católica¹⁵ — a *marcha* de São Paulo, posta na rua em 19 de março, teria contado com quase 200 mil participantes. Criava-se o clima psicossocial para a guerra civil.¹⁶ E os grupos de ação paramilitar da direita provocavam confrontos em São Paulo e Belo Horizonte.

No âmbito da conspiração militar, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco, através de “Circular Reservada” de 20 de março, abria à alta oficialidade do Exército a alternativa da deposição do presidente, articulava-se com os seus pares na Aeronáutica e na Marinha e se entendia com os governadores de Minas Gerais e São Paulo (Magalhães Pinto e Ademar de Barros), contando já com o apoio de outros (na Guanabara, Carlos Lacerda; no Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti; no Paraná, Ney Braga). Castelo Branco, contudo, sabia do peso que a noção de defesa da legalidade ainda desfrutava entre setores da oficialidade e considerava que era necessário algum fato novo que precipitasse a adesão do grosso dela ao golpe.

E o fato novo eclodiu. Também na Marinha fermentavam antigas demandas dos marinheiros, submetidos a um regime profissional humilhante. No dia 25 de março, para comemorar o aniversário da sua associação (considerada ilegal), em cerimônia proibida pelo ministro da Marinha, cerca de 2 mil marinheiros reuniram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro — insuflados por José Anselmo dos Santos, mais conhecido como “Cabo Anselmo” (esta figura sinistra, já então suspeita de ser agente da CIA, anos depois participará de um grupo de esquerda que resistia à ditadura e trairá de maneira vil os seus companheiros). O ministro ordena a prisão dos organizadores do ato, mas os fuzileiros navais encarregados de fazê-lo se solidarizam com os marinheiros. Abre-se uma crise no Almirantado, que leva o ministro a demitir-se. E o novo ministro determina a revogação da ordem de prisão. Uns poucos líderes da base política do presidente (entre eles Tancredo Neves e alguns dirigentes comunistas), que se estreitava com a polarização acelerada desde o comício do dia 13, advertiram-no do caráter de provocação embutido no evento, mas Jango não escondeu o seu apoio aos marinheiros.

O episódio removeu os últimos cuidados dos conspiradores militares: com a “revolta dos marinheiros” — e não veio à sua consideração apenas a recente “revolta dos sargentos” em Brasília, mas ainda o conhecido evento da Revolução Russa de 1905, imortalizado por Eisenstein no filme *O encouraçado Potemkin* (1925) — poderiam ganhar a adesão da média oficialidade com o forte argumento da “quebra da hierarquia” e da “indisciplina”, prelúdio da “comunização do Brasil”. A cúpula golpista (na qual se destacavam Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Grün Moss, Odílio Denis, Sílvio Heck, Orlando Geisel, Ademar de Queiroz) concertou, então e com o conhecimento da embaixada norte-americana, desfechar o golpe na primeira semana de abril.

O golpe do 1º de abril

Os golpistas — conspiradores civis e militares — ultimavam os seus planos quando, a 30 de março, Jango comparece a uma reunião, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, convocada pela *Associação dos Sargentos e SubOficiais da Polícia Militar*. Já com informações sobre o andamento da conspirata, Jango reitera o conteúdo do seu discurso de 13 de março, todavia em tom mais veemente:

A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos na vida econômica, social e política da nação, libertando-os da penúria e da ignorância.

O presidente denuncia o financiamento da campanha antidemocrática por agências nacionais e estrangeiras e conclama os sargentos e suboficiais a defender a legalidade.

Alguns conspiradores consideraram que a reiterada solidariedade de Jango aos militares de baixo escalão — manifestada novamente nesta reunião — era intolerável e, em Minas Gerais, com o aval do governador Magalhães Pinto, precipitaram o movimento golpista: no dia 31, sem o

conhecimento de boa parte da cúpula militar que dirigia a conspiração, os generais Carlos Luiz Guedes, em Belo Horizonte e, em Juiz de Fora, Olímpio Mourão Filho — conhecida figura do integralismo, que em 1937 forjou o “Plano Cohen”, suposto documento da Internacional Comunista para a “tomada do poder no Brasil” — puseram as suas tropas na rua.

O “dispositivo militar” de Jango — chefiado pelo general Assis Brasil, titular da Casa Militar da Presidência da República — revelou-se inepto e inerte. À noite, no dia 31, o comandante do II Exército, Amaury Krueel, sediado em São Paulo, fez a Jango uma proposta para garanti-lo no governo: que o presidente rompesse com a esquerda, demitisse ministros “radicais” e colocasse o CGT na ilegalidade. Jango bateu o telefone após replicar:

General, eu não abandono os meus amigos. Se essas são as suas condições [para apoiar o governo, mantendo-se na legalidade], eu não as examino. Prefiro ficar com as minhas origens. O senhor que fique com as suas condições. Ponha as tropas na rua e traia abertamente.

Na manhã do dia 1º de abril, o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, hospitalizado, ao saber de tropas nas ruas, comunicou-se com Jango e condicionou seu apoio ao presidente à mesma proposta de Krueel — Jango, naturalmente, preferiu não contar com o apoio desse ministro. Acéfalo o principal ministério militar, a Casa Militar do presidente não só não mobilizou a oficialidade legalista como, ainda, não lhe deu ordens para qualquer resistência.

Pouco depois das 12 horas do 1º de abril, Jango deslocou-se para a capital — em Brasília, verificou que os altos mandos militares (à exceção do general Ladário Telles, que estava assumindo o comando do III Exército, sediado em Porto Alegre) só se dispunham a travar o golpe se ele aceitasse a condição que Krueel e Dantas Ribeiro lhe tentaram impor: romper com o movimento sindical, intervir nos sindicatos e na UNE e reprimir os comunistas. Ao fim da noite, voou para Porto Alegre, onde Brizola (juntamente com o general Ladário Telles) se dispunha a resistir.

O movimento sindical apelou à greve-geral, confiando em que as instituições contariam com a defesa do grosso das Forças Armadas. Não

são poucos os estudiosos que consideram que uma ação contundente, mesmo que limitada, de setores militares para assegurar a legalidade poderia impedir ou, pelo menos, travar momentaneamente o processo golpista. Mas, uma vez que esta não se efetivou, as forças democráticas e populares, inteiramente desarmadas, não tiveram condições de resistir e o próprio apelo à greve se esvaziou.

Do ponto de vista militar, ao fim do dia 1º de abril a situação estava definida: não havia suficientes forças armadas fiéis à legalidade democrática dispostas a sair na defesa das instituições — a ação dos golpistas, precipitada em Minas Gerais por Carlos Luiz Guedes e Mourão Filho, embora atabalhoada, reveladora de traições oportunistas e velhas disputas de caserna, foi exitosa.

Do ponto de vista político-institucional, o golpe se consumou na madrugada de 2 de abril: violando todas as normas constitucionais (uma vez que o presidente da República estava no território nacional e não renunciara), o presidente do Senado Federal, Auro de Moura Andrade, declarou a vacância da Presidência da República e o lugar de Jango foi usurpado por Ranieri Mazzili (a mesma figura que, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, os golpistas militares quiseram fazer “presidente”).¹⁷ O ato violador foi imediatamente aprovado pelo embaixador Lincoln Gordon e, oficialmente, por mensagem do presidente Lyndon B. Johnson, na qual o governo de Washington cumprimentava Mazzili por assumir a Presidência.

Em Porto Alegre, Jango constatou que não havia condições para resistir (posição diversa da de Brizola, que insistia na possibilidade da resistência). No entanto, o presidente não queria deixar o país — perseguido pelos novos e ilegítimos donos do poder, só se retirou do Brasil no dia 4, rumando para o Uruguai; ficaria no exílio até sua morte precoce (e, para muitos, suspeita), em dezembro de 1976, aos 57 anos.¹⁸ Em maio, Brizola também seguiria para um longo exílio.

Nos dias imediatamente seguintes ao golpe, em meio ao seu júbilo por terem salvo o Brasil da “corrupção” e da “subversão comunista”, o empresariado e os grandes latifundiários promoveram marchas de apoio à derrubada de Jango nas principais capitais e cidades (manifestações em que se registrou forte participação de setores pequeno-burgueses e redu-

zidíssima presença de trabalhadores). No Rio de Janeiro, uma tal “Marcha da Vitória”, foi abençoada pelo cardeal dom Jaime de Barros Câmara, para quem a derrubada de Jango deveria ser atribuída ao “auxílio divino obtido por nossa Mãe Celestial, pelo venerável Anchieta, pelos quarenta mártires do Brasil e outros protetores da nossa pátria” (o cardeal católico não foi o único clérigo a saudar o regime de abril: também lideranças de outras confissões fizeram o mesmo). A festa organizada pelas classes proprietárias se desdobrou, na sequência, em patriotadas do gênero “Doe ouro pelo bem do Brasil”, de iniciativa dos *Diários Associados* (de Assis Chateaubriand) e de uma vaga entidade chamada “Legionários da democracia”, campanha que levou alguns milhares de ingênuos a entregar alianças, colares, brincos e outras joias de valor “pelo bem do Brasil”.

Na sequência imediata do 1º de abril, o golpe — autointitulado “Revolução”, com qualificativos vários: “redentora”, “salvadora” e outros que tais — mostrou a que veio: instaurou o arbítrio e a violência. Governadores legítimos e democraticamente eleitos foram depostos *manu militari* (o de Pernambuco, Miguel Arraes, o de Sergipe, Seixas Dória e, meses depois, em novembro, Mauro Borges, de Goiás) e políticos de oposição jogados nas cadeias. Irrompeu o terrorismo: líderes sindicais, estudantis e dirigentes de organizações nacionalistas e populares foram presos arbitrariamente e submetidos a tratamento vexatório; o movimento sindical passou por uma “operação limpeza”: de abril a dezembro, o novo regime interveio em 452 sindicatos, 43 federações e 3 confederações de trabalhadores urbanos; membros das Ligas Camponesas foram perseguidos e encarcerados; assassinatos foram cometidos (oficialmente, apenas 7 civis — nenhum militar — foram mortos no dia 1º de abril; ao longo do ano, morreram mais 13 pessoas); centenas de brasileiros escaparam do terror saindo pelas fronteiras do sul e levados de exilados refugiaram-se em embaixadas estrangeiras; milhares de domicílios, escritórios e consultórios viram-se invadidos e varejados; expurgo rigoroso iniciou-se nas Forças Armadas e em organismos estatais e autarquias; bibliotecas foram objeto de ataques e assaltos policiais; o ódio dos violadores da legalidade destruiu espaços de organizações e instituições culturais: no Rio de Janeiro, a sede nacional da UNE foi incendiada e a do ISEB, vandalizada; jornais nacionalistas e democráticos (os poucos que existiam), editoras e livrarias foram empasteladas e fechadas.

Em nome da democracia, quartéis se enchiam de encarcerados, cadeias se lotavam e navios eram convertidos em prisão — e o denunciamento, praticado pelos *dedos-duros*, entrou na vida cotidiana. E, naturalmente, como ocorreu ao longo do século XX em todos os quadrantes, socialistas e comunistas foram o alvo preferencial da sanha das classes dominantes — nada é mais emblemático da entrada em cena do novo poder do que a prisão do líder comunista Gregório Bezerra, deputado federal pernambucano eleito pelo PCB em 1946: transferido do interior do estado para o Recife, a 2 de abril, foi, com reportagem logo exibida pela TV *Jornal do Comércio*, amarrado, torturado e arrastado como um animal pelas ruas do bairro da Casa Forte pelo tenente-coronel do Exército Darcy Viana Vilock. Era com esses métodos que se “salvava” a democracia no Brasil.

Mazzili, posto na Presidência da República pelos golpistas, não passava de um fantoche e obviamente não tinha nenhuma autoridade — de fato, quem mandava e desmandava era um autoproclamado “Supremo Comando Revolucionário”, composto pelos novos nomeados ministros militares — o general Arthur da Costa e Silva, da Guerra, o vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha, e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica. Depois de mais de uma semana de disputas internas entre as várias facções militares, que ameaçaram anarquizar as Forças Armadas, o tal “Supremo Comando Revolucionário” deu a conhecer, a 9 de abril, o *Ato Institucional/AI* (posteriormente designado como *Ato Institucional n. 1/AI-1*), que — segundo seus signatários — teria vigência até 31 de janeiro de 1966.

O grande capital e as classes proprietárias naturalmente quiseram se fazer ouvir pelos “revolucionários” — e algumas de suas “sugestões” merecem ser lembradas: o empresário Antônio Gallotti, figura de proa do IPES, presidente da Light, companhia imperialista que explorava a concessão de produção e distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo e financiadora do mesmo IPES, enviou mensagem a Costa e Silva recomendando a suspensão de várias garantias constitucionais; Júlio de Mesquita Filho, dono d’*O Estado de S. Paulo*, propôs, com a assessoria de Vicente Ráo — catedrático de Direito Civil da Universi-

dade de São Paulo/USP, que fora ministro da Justiça (!) do Estado Novo —, a dissolução do poder legislativo em todos os níveis, a anulação dos mandatos dos governadores e prefeitos e a suspensão do *habeas corpus*; também o já citado cardeal do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, considerava que se devia “sanear” a vida política mediante exclusões, sob o santo argumento de que “punir os que erram é uma obra de misericórdia”.

De alguma forma, todos esses personagens foram ouvidos. Encarregou-se de esboçar o Ato Institucional um conhecido jurista reacionário, Francisco Campos (o *Chico Ciência*, mentor da Carta de 1937, a sinistra “Polaca”, instrumento de fascistização do país próprio do Estado Novo), assessorado por outro luminar do reacionarismo, Carlos Medeiros Silva. O texto apresentando a Costa e Silva e a um grupo de generais foi ligeiramente retocado e divulgado pelo “Supremo Comando Revolucionário” a 9 de abril. Nos seus onze artigos, limitava os poderes do Congresso Nacional e do Judiciário e ampliava os do Executivo — conferia ao presidente da República o poder de cassar mandatos e suspender por dez anos direitos políticos de parlamentares, políticos, intelectuais, servidores públicos, diplomatas e membros das Forças Armadas, além de atribuir-lhe o direito de declarar o estado de sítio sem prévia autorização do Congresso Nacional. No dia seguinte, 10 de abril, o “Supremo Comando Revolucionário” publicou a primeira lista de brasileiros que tinham mandatos cassados e/ou seus direitos políticos suspensos por dez anos.¹⁹

Um dia depois (11 de abril), um Congresso Nacional mutilado e sob ameaça de novas cassações e baioneta, “elegeu” para a presidência da República o marechal Castelo Branco e, para a vice-presidência, José Maria Alkmin, velho político mineiro, um dos fundadores do PSD, ex-ministro da Fazenda de Kubitschek e que, na oposição a Jango, alia-se à UDN. A 15 de abril, os dois foram empossados — ocasião em que Castelo Branco comprometeu-se solenemente a entregar o cargo no início de 1966, “ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres”. Como veremos, a promessa não foi cumprida.

Ao longo deste livro, trataremos de sintetizar a dinâmica constitutiva do regime político que derivou do golpe do 1º de abril. Por agora,

à guisa de conclusão deste capítulo, voltemos rapidamente à figura de Jango e cuidemos de assinalar o significado do golpe.

A avaliação histórica de Jango, com base no que expusemos, não pode ser conduzida conforme juízos de natureza psicológica ou moralista — como generalizadamente se faz, recorrendo-se às pretensas características (“vacilante”, “indeciso” etc.) que se atribuem desqualificadamente ao presidente. Jango, um reformista burguês e democrata sincero, encarnava um projeto de desenvolvimento capitalista que se enfrentava com os mesquinhos e rasteiros interesses da grande burguesia e dos latifundiários, além de colidir com o imperialismo. Procurou levar este projeto à prática a partir da hipótese de que seria possível, para implementar as *reformas de base*, estabelecer um arco de alianças entre segmentos da burguesia (a “burguesia nacional”, como sustentavam à época os comunistas), camadas médias urbanas e os trabalhadores — e apostou nos compromissos constitucionais das Forças Armadas. Por isso, nem Jango nem a esquerda (*toda a esquerda*) prepararam-se de fato para quaisquer confrontos de força.

A hipótese revelou-se equivocada: a burguesia brasileira, de uma parte, não sinalizou nenhuma disposição para bater-se contra o latifúndio e, de outra, já estava tão associada ao imperialismo que não tinha condições (nem vontade política) para sustentar qualquer veleidade nacionalista. Quanto às Forças Armadas, elas romperam com a legalidade na medida em que seu espírito de corpo viu-se afetado pela ameaça da quebra da hierarquia e pelos efeitos, no interior da corporação, da histeria anticomunista que se desenvolveu no país, especialmente no curso de 1961-1964 — e que se guarde esta lição da história: *o anticomunismo sempre serviu à antidemocracia*.

Os golpistas não derrubaram o governo legalmente constituído porque Jango fosse um “covarde” ou um “vacilante” — aliás, e como indicamos, quando percebeu, na viragem de 1963 a 1964, que seu projeto reformista mostrava-se inviável, ele não hesitou em girar à esquerda, respondendo à radicalização direitista que levava consigo o reformismo conservador. Jango caiu porque encarnou a figura de um reformista burguês democrata e nacionalista no momento mesmo em que a burguesia brasileira recusava qualquer projeto reformista de caráter democrático e nacional.

O significado do golpe

Nas páginas precedentes, salientamos o vigoroso apoio do imperialismo (particularmente o norte-americano) à conspiração — afinal, os Estados Unidos estavam fomentando movimentos como o que levou ao 1º de abril em todas as latitudes, no processo da *contrarrevolução preventiva em escala mundial*. No entanto, e contra interpretações simplistas, é também preciso salientar que *o golpe não começou em Washington*: foi na dinâmica interna das lutas de classes no Brasil que se armou o seu cenário e se gestaram as condições do seu êxito em 1964. Foram responsáveis pelo golpe as franjas burguesas vinculadas ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos expressivos da pequena burguesia urbana para o seu campo.

O regime derivado do golpe do 1º de abril sempre haverá de contar, ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-lo tão somente como uma ditadura militar — se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um dos seus traços peculiares, é igualmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de *autocracia burguesa* (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como a *ditadura do grande capital* (conforme a análise de Octavio Ianni). O golpe não foi puramente um golpe militar, à moda de tantas quarteladas latino-americanas (os *pronunciamientos dos "gorilas"*) — foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus gestores, "gringos" e brasileiros).

De qualquer forma, o golpe do 1º de abril não pode ser compreendido fora do contexto da *guerra fria* quando, sob o hegemonismo norte-americano e numa conjuntura em que se modificava profundamente a divisão internacional do trabalho (e, logo, as relações econômicas entre os centros capitalistas e as suas periferias), os núcleos imperialistas patrocinaram a *contrarrevolução preventiva em escala mundial*.

Três eram os objetivos dessa cruzada contrarrevolucionária, aliás todos interligados: 1) adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; 2) golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a este processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; 3) enfim, combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas.

A contrarrevolução, porém, nos espaços em que triunfou, tomou formas ajustadas aos marcos nacionais em que se operava — por isto, seu movimento não foi o mesmo, por exemplo, no Brasil (1964) e na Indonésia (1965). Com efeito, é nas particularidades nacionais que se deve buscar o significado específico da onda de golpes própria do processo da contrarrevolução.

Ora, os estudiosos brasileiros mais qualificados (Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré), mesmo com divergências interpretativas, há muito identificaram os principais traços da nossa formação — traços a partir dos quais se ergueu a particularidade histórica brasileira: a construção, desde o período colonial, de um arcabouço de atividades econômicas cuja destinação era o mercado externo; a continuidade, sem rupturas decisivas, desse estatuto colonial; e a industrialização tardia, operando-se já com o capitalismo no seu estágio monopolista. Assim, a burguesia brasileira nunca teve nada a ver com a burguesia empreendedora, animada por ideais emancipadores, a burguesia de meados do século XVIII a 1848; a burguesia brasileira não dispôs nunca de impulsos para realizar uma revolução *burguesa* à moda "clássica", liquidando o latifúndio (lembre-se que, originalmente, a reforma agrária é uma das tarefas da revolução burguesa) e defendendo a soberania nacional. Residem aí as raízes de duas características básicas da formação social brasileira:

1) o desenvolvimento capitalista no Brasil se processou sem erradicar as formas econômico-sociais que, por exemplo na Europa Ocidental, se lhe apresentaram como obstáculos ou impeditivas; entre nós, o desenvolvimento capitalista não se desvencilhou dessas formas arcaicas (como

o monopólio oligárquico da terra, o latifúndio), não liquidou o “atraso” — pelo contrário, o desenvolvimento capitalista, aqui, se operou *refuncionalizando* tais formas: não destruiu o “atraso”, incorporou-o; trocando em miúdos: no Brasil, o capitalismo se desenvolveu *sem realizar o que, em países centrais, foram as reformas burguesas*;

2) a sistemática exclusão da massa do povo, das forças populares, dos processos de decisão política; os segmentos mais ativos das classes dominantes sempre encontraram meios e modos de travar e/ou impedir a intervenção das forças populares nos núcleos centrais da direção da sociedade; para usar de uma formulação teórica: *no Brasil, a socialização da política não se realizou plenamente e, quando deu passos adiante, os setores de ponta das classes dominantes lograram travá-la*; a socialização da política, no Brasil, *sempre* teve nas classes dominantes um adversário constante — daí a tradição antidemocrática (não apenas política, mas também sociocultural) que atravessa a história brasileira e os processos diretivos da nossa sociedade, que têm sido conduzidos “pelo alto”.

Pois bem: na entrada dos anos 1960, essas linhas de força da história brasileira ganham uma *dinâmica crítica* — conjugam-se, então, dimensões econômicas e políticas. A passagem da *industrialização substitutiva de importações* (industrialização restringida) à *industrialização pesada* (ou alargada), que vinha de meados da década anterior, colocava à mostra a sua exigência: a rearticulação das modalidades de acumulação penalizando fortemente as camadas trabalhadoras para permitir um novo arranjo entre o Estado, o capital privado nacional e o capital estrangeiro, aprofundando a dependência em face dos centros imperialistas ou realizando as *reformas de base* para reorientar a economia na direção de romper com aquela dependência — contrapunham-se, pois, dois projetos econômico-políticos e sociais, um na perspectiva de manter aquelas linhas de força da nossa história e outro no sentido de superá-las. Precisamente o alargamento do protagonismo popular, mediante a ampliação de espaços democráticos, especialmente acentuado a partir de 1961, criava ponderáveis problemas para a primeira alternativa e punha, para a segunda, a *possibilidade* de reverter aquelas linhas de força. Como vimos, o declínio do ritmo do crescimento econômico — no interior de um quadro inflacionário — tinha tudo a ver com os impasses daquela con-

juntura, e a ausência de uma orientação macroeconômica coerente, por parte do governo Jango, expressava exatamente a correlação de forças então estabelecida.

Para alguns setores da esquerda, a possibilidade de reverter a condição de dependência e de ampliar a democracia — objetivamente constatável na entrada dos anos 1960 — significou que o país experimentava um *período revolucionário*. Não partilhamos desta hipótese; entendemos que as lutas sociais então registradas não colocavam em xeque, *imediatamente*, a ordem capitalista: colocavam em xeque a modalidade específica que, em termos econômico-sociais e políticos, o desenvolvimento do capitalismo tomara no país. É bastante provável que tais lutas, se originassem um reordenamento econômico-social e político efetivamente mais democrático, desembocassem num quadro revolucionário. Os estrategistas das classes dominantes tiveram consciência dessa provável evolução e, por isto, sintonizados com a *contrarrevolução preventiva em escala mundial*, trataram de abortá-la com o golpe de abril. Aqui reside o significado profundo do golpe: ele não representou simplesmente a deposição de um presidente no legítimo exercício de seu mandato — *significou à época a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar substantivamente a sociedade brasileira*.

O golpe do 1º de abril, solução política imposta pela força, derrotando as forças democráticas, nacionais e populares, significou a derrota de uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão das linhas de força que historicamente marcaram a formação brasileira. Os estrategistas (brasileiros ou não) do golpe impediram o desenvolvimento de uma transformação política e econômica que poderia — sem ferir de imediato os fundamentos da propriedade privada e do mercado capitalista — romper com os traços mais deletérios e negativos da nossa história e da nossa sociedade. Neste sentido, o movimento civil-militar vitorioso em abril de 1964 foi inequivocamente *reacionário*.

Entretanto, os desdobramentos econômicos e políticos do golpe do 1º de abril não tiveram por consequência a simples manutenção daqueles traços que qualificamos como os mais deletérios da história brasilei-

ra — a dependência das orientações macroeconômicas em face dos interesses imperialistas (que alguns autores designam como o caráter heteronômico, isto é, não autônomo, da nossa economia) e a exclusão da massa do povo do processo das decisões políticas. Na sequência do golpe, as forças vitoriosas (o grande capital, nativo e estrangeiro, e o latifúndio) refuncionalizaram a estrutura do poder estatal de forma a resolver a crise econômica do capitalismo no Brasil à época, de modo a atender aos seus interesses na conjuntura de profundas modificações na divisão internacional do trabalho. De fato, na entrada dos anos 1960, o sistema capitalista experimentava transformações importantes; uma das causas decisivas dessas transformações residia na superacumulação de capitais nos países centrais, que levava à internacionalização do processo produtivo pelas empresas imperialistas, a fim de operar a valorização do capital diretamente nos países dependentes (fora das suas fronteiras nacionais). Assim, países como o Brasil, que já contavam com uma estrutura urbano-industrial mínima, grandes recursos naturais e força de trabalho abundante, constituíam espaços ideais para a recepção de unidades produtivas daquelas empresas, podendo inserir-se de um modo novo, desde que se submetendo às exigências imperialistas, na dinâmica do capitalismo internacional.

As principais exigências para essa nova inserção consistiam em manter/ampliar garantias de ampla liberdade para os capitais estrangeiros e reduzir ao mínimo as condições para que os trabalhadores resistissem à exploração acentuada de que seriam alvo — precisamente o que o projeto reformista defendido pelas forças populares e democráticas inviabilizaria. Ora, o golpe do 1º de abril teve exatamente por objetivo atender a essas duas exigências: fazer do Estado o núcleo articulador do grande capital, estrangeiro e nativo (e do latifúndio), para conduzir um projeto de crescimento econômico associado ao capital estrangeiro e submisso às novas exigências das metrópoles imperialistas (em primeiro lugar, Washington). A funcionalidade do Estado próprio ao regime instaurado a 1º de abril era, portanto, dupla: econômica e política — o novo padrão de acumulação que ele promoveria, para superar a crise, supunha tanto o privilégio ao grande capital numa perspectiva que atualizava as condições de reprodução da dependência, quanto as mais severas restri-

ções à participação democrática da massa da população. Ergueu-se, pois, como um Estado *antinacional* e *antipopular*, que conduziu o capitalismo no Brasil a um estágio avançado do capitalismo monopolista com vigorosa intervenção estatal.

Assim, ao mesmo tempo que dominava o que parecia escapar (e, de fato, estava escapando mesmo) ao controle das classes dominantes, o golpe deflagrou uma *dinâmica nova*, econômica e política, que, a médio prazo, forçaria a ultrapassagem dos seus próprios marcos.

Ilustram: novo padrão de desenvolvimento capitalista nacional e modernização -> versão tecnocrática de democracia sustenta => autocracia burguesa
 - Modelo capitalista aqui -> imposto pelo alto -> Impludismo TOTAL -> controle e dominação de fora; amplia-se a dependência, pressão anti democrática sobre as massas; legitimidade via ampliação de direitos sociais
 - Modelo burguês despoja a burguesia de seu caráter democrático

Golpe:
 alijava a repressão trabalhadora + afirmava a hegemonia do capital monopolista

✓
favorecimento do grande capitalista
 +
início salarial
 ↓
mitigação = concessões das ditaduras

1º de abril (8º) + burguesia nacional e classes de produção locais

o 4ª continuação da revolução p. 22. 1º maio